

SUMÁRIO

1. Hermenêutica	16
1.1 Hermenêutica e interpretação	16
1.2 Pré-compreensão	17
1.3 As atividades de conhecer, interpretar e aplicar	21
1.3.1 A fusão horízontica de Gadamer.....	27
2. Clássicos elementos de interpretação (Savigny e Ihering)	29
2.1 Elemento gramatical	30
2.2 Método teleológico	31
2.3 Elemento sistemático.....	33
2.4 Elemento histórico.....	35
3. Outros cânones hermenêuticos	41
4. Texto e norma	43
4.1 Mutação constitucional (ou vicissitude constitucional tácita)	44
4.2 Pareidolia constitucional em textos vagos	52
4.3 Apostasia constitucional em textos precisos	56
5. Lacunas constitucionais	61
6. Quem é o intérprete da Constituição?	63
6.1 Teorias da Última Palavra.....	66
6.1.1 Quando a última palavra é do Judiciário	67
6.1.2 Quando a última palavra é do Legislativo	69
6.1.3 “Teoria dos Diálogos Institucionais”	71
6.1.3.1 Reações legislativas	74
6.1.3.2 Reações presidenciais	79
6.1.3.3 Diálogos interjurisdicionais	79
6.2 O papel do Tribunal Constitucional na Interpretação da Constituição: função contramajoritária, função represen- tativa e função iluminista	86
7. Backlash	87

8. Casos difíceis (<i>hard cases</i>)	90
9. Positivismo	91
9.1 A sistematização de Norberto Bobbio.....	92
9.1.1 Positivismo ideológico.....	93
9.1.2 Positivismo teórico.....	95
9.1.3 Positivismo metodológico.....	96
9.2 O positivismo metodológico de Kelsen	98
9.2.1 A suposta relação entre Kelsen e o Direito nos Estados Totalitários	102
9.2.2 O fundamento de validade das normas do ordenamento, segundo Kelsen	104
9.3 O positivismo metodológico de John Austin.....	107
9.4 O positivismo metodológico de Hart.....	109
9.5 O positivismo metodológico de Alf Ross.....	121
9.6 Uma visão panorâmica e cronológica da história do positivismo	123
9.7 Formas contemporâneas de positivismo	124
9.7.1 Positivismo excludente (ou exclusivo).....	124
9.7.2 Positivismo includente (ou inclusivo).....	125
10. Neoconstitucionalismo	126
10.1 Constitucionalização do Direito.....	131
10.2 Neoconstitucionalismo e pós-positivismo são expressões sinônimas?	132
10.3 Críticas endereçadas ao neoconstitucionalismo (e ao pós-positivismo)	133
10.3.1 Do “princípio” da vedação ao retrocesso.....	135
11. Normas regras e normas princípios	139
11.1 Regras e princípios na visão clássica ou tradicional	140
11.2 Regras e princípios na visão de Robert Alexy	140
11.2.1 O conflito de princípios e a máxima da proporcionalidade.....	143
11.2.2 Críticas à ponderação de princípios de Alexy	146
12. Derrotabilidade das regras (“defeasibility”)	150
12.1 Conceito.....	150
12.2 Fundamento.....	151

12.3	Origem	151
12.4	Natureza jurídica.....	152
12.5	(In)compatibilidade com o ordenamento brasileiro	154
12.6	Das normas passíveis de derrota	157
12.6.1	Derrotabilidade de princípios?	157
12.6.2	Derrotabilidade de normas constitucionais?	159
12.6.3	Outras normas passíveis de derrota	161
13.	Interpretativismo e não interpretativismo.....	162
13.1	Do interpretativismo	163
13.1.1	O originalismo de Robert Bork	167
13.1.2	O textualismo de Antonin Scalia.....	167
13.1.3	A polissemia da palavra originalismo e as vertentes contemporâneas.....	173
13.2	Do não interpretativismo	175
14.	Procedimentalistas e substancialistas	176
15.	O pensamento jurídico de Robert Alexy.....	177
16.	O pensamento jurídico de Ronald Dworkin.....	186
16.1	Dworkin <i>versus</i> Alexy: convergências e divergências	196
16.1.1	Quanto à compreensão de princípios e regras, não há identidade entre a doutrina de Robert Alexy e Ronald Dworkin.....	196
16.1.2	Quanto à maneira de encarar o fenômeno da discricionariedade judicial	197
17.	O pensamento jurídico de Cass Sunstein	198
18.	O pensamento jurídico de Richard Posner.....	204
18.1	Pragmatismo <i>versus</i> Positivismo: uma comparação de abordagens.....	208
19.	Contributos do Direito Constitucional alemão.....	209
19.1	Princípios de interpretação constitucional	209
19.2	Métodos de interpretação constitucional.....	214
POSFÁCIO	223
BIBLIOGRAFIA	225